



Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações Contábeis Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Contábeis Informações Financeiras: 2º Semestre de 2024

Rua Joaquim Floriano, 960 – 14º Andar – Itaim Bibi 04534-004. São Paulo. SP. Brasil Tel.: 55 11 2127-2777 - Ouvidoria: 0800-878-3176



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Ilmos. Srs.

Quotistas e Diretores da

H. COMMCOR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

São Paulo, SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da H. COMMCOR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("H. COMMCOR") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como, as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da H. COMMCOR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("H. COMMCOR"), em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação a "**H. COMMCOR**", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as

Ufinaud

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida foi suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório

dos auditores

A Administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que

compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da

Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este

relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a

de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de

forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a

relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações

financeiras

A Administração da "H. COMMCOR" é responsável pela elaboração e adequada

apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do

Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela

avaliação da capacidade da "H. COMMCOR" continuar operando, divulgando, quando

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa

base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha

nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da "H. COMMCOR" são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- i. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ii. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- iii. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração



- iv. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da "H. COMMCOR". Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais manter-se em continuidade operacional.
- v. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- vi. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2025.

FINAUD Auditores Independentes SS

CNPJ: 20.824.537/0001-83 CRC 2SP 032.357/O-0 CVM n.º 12.238

ALMIR

Assinado de forma digital por ALMIR

MATIAS

GRUJE:1540420981

GRUJE:154 o

04209810 Dados: 2025.03.26 10:36:20 -03'00'

Almir Matias Gruje
Contador

CRC 1SP 212.435/O-4

CNPJ(MF) 01.788147/0001-50

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

ATIVO	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		9.256	37.295
DISPONIBILIDADES	4	16	48
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		7.595	36.097
Aplicação interfinanceira de Liquidez	4	3.583	11.451
Títulos e valores mobiliários	5	3.976	17.108
Rendas a receber	6	36	560
OUTROS ATIVOS		1.645	1.151
Outros créditos - Diversos	6	1.543	957
Despesas antecipadas		102	194
PROV. PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS A:		-	(1)
Risco de rendas a receber e outros créditos	6	-	(1)
NÃO CIRCULANTE		8.360	5.745
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		5.957	3.521
Títulos e valores mobiliários	5	5.957	3.521
OUTROS ATIVOS		2.049	1.600
Outros créditos - Diversos	16	2.049	1.600
INVESTIMENTOS	_	2	32
Outros investimentos		2	36
(Provisão para perdas)		-	(4)
IMOBILIZADO DE USO	7	352	586
Outras imobilizações de uso		3.356	3.484
(Depreciações acumuladas)		(3.004)	(2.898)
INTANGÍVEL	8	-	6
Ativos Intangíveis		171	171
(Amortização acumulada)		(171)	(165)
TOTAL DO ATIVO		17.616	43.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

1. Contexto operacional

A H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Distribuidora) tem como objetivo social a exploração da atividade de distribuidora de títulos e valores mobiliários, conforme despacho de 25 de fevereiro de 2009, publicado no Diário Oficial em 27 de julho de 2009, e DEORF/GTSP2-2009/01172 do Banco Central do Brasil, datada de 27 de fevereiro de 2009, que consiste em negociar e/ou registrar operações com valores mobiliários em bolsa de valores, de mercadorias e futuros.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 02 de 12/08/20, emitida pelo Banco Central do Brasil, sendo assim, o Balanço Patrimonial ao final do período corrente deve ser comparado com o Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior; e as demais demonstrações devem ser comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, que em atendimento ao disposto no artigo 9 da Resolução BCB nº 02 de 12 de agosto de 2020, declara de forma explícita e sem reserva, que as Demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN e do BCB, bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções. Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

A Administração avaliou a capacidade da Instituição em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Instituição foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Distribuidora. Todas as informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionada.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras e sua divulgação a terceiros, foi dada pela Diretoria da Distribuidora em 03 de fevereiro de 2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são calculados com base no método exponencial, observando-se o critério "pro rata" dia.

b) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Distribuidora, como a mensuração de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, valorização de determinados instrumentos financeiros, passivos contingentes, avaliação do valor de recuperação de ativos e vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Demais ativos e passivos circulantes

Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em mercado aberto, aplicações em renda fixa e operações compromissadas, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representadas por operações compromissadas, remuneradas a taxas préfixadas, lastreadas em títulos públicos, demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos decorridos, calculados em base pela SELIC.

f) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os títulos e valores mobiliários estão classificados como "**Títulos Disponíveis para Venda**".

g) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

É constituída com base na expectativa de perdas na realização de rendas a receber por serviços prestados. Para o cálculo da respectiva provisão é observado o disposto na Resolução nº 2.682 do CMN.

h) Negociação e intermediação de valores

Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos, realizadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

- Investimentos: estão representados por participações em coligadas e controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e, por títulos patrimoniais da Bolsa Brasileira de Mercadorias, contabilizado pelo custo de aquisição.
- Imobilizado de uso: são registrados pelo custo de aquisição a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para "Sistema de Processamento de Dados e Sistema de Transportes" e de 10% a.a. para as demais contas;
- Intangível: são registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição, ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada e segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária à taxa de 20% a.a.

j) Valor de recuperação dos ativos (impairment)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução BCB nº 120, de 27/7/2021, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos.

k) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução BCB n.º 09, de 12 de agosto de 2020, da seguinte forma:

 Ativos contingentes: não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

- Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota.
- Provisões: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são divulgadas em notas explicativas.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

I) Imposto de Renda e Contribuição Social

O encargo do imposto de renda é calculado sob o regime de lucro real, à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$240 no ano.

A contribuição social sobre o lucro conforme a Lei n^{ϱ} 14.183/2021, é calculada à alíquota de:

- a) 15% do período de 01/01/2021 até 30/06/2021
- b) 20% do período de 01/07/2021 até 31/12/2021
- c) 15% do período de 01/01/2022 até 31/07/2022
- d) 16% do período de 01/08/2022 até 31/12/2022
- e) Retornando para 15% a partir de 01/01/2023.

m) Resultado recorrente e não recorrente

A Sociedade considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Instituição. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

futuros. Observado esse regramento, salienta-se que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 houve resultado não recorrente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em mercado aberto, aplicações em renda fixa e operações compromissadas, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo:

	31/12/24	31/12/23
Disponibilidades	16	48
Depósitos bancários	16	48
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.583	11.451
Letras do Tesouro Nacional	3.583	11.451
Total caixa e equivalente de caixa	3.599	11.499

5. Títulos e valores mobiliários

a. Títulos e valores mobiliários: estão classificados como "Títulos Disponíveis para Venda" e representados conforme abaixo relacionado:

	31/12/24		31/12	2/23
	Valor do custo	Valor de mercado	Valor do custo	Valor de mercado
Circulante				
Carteira própria	3.887	3.976	6.196	6.193
Letras Financeiras do Tesouro	3.887	3.976	6.196	6.193
Vinculados a prestação de garantias	-	-	10.914	10.915
FI Lig. Câmara BM&FBOVESPA		-	9.858	9.858
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.056	1.057
Total do circulante	3.887	3.976	17.110	17.108
Não Circulante				
Carteira própria	5.951	5.957	814	812
Letras Financeiras do Tesouro	5.951	5.957	814	812
Vinculados a prestação de garantias	_	_	2.712	2.709
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.712	2.709
Total do não circulante	5.951	5.957	3.526	3.521
Total de títulos e valores mobiliários	9.838	9.940	20.636	20.629

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

Os valores de mercado dos títulos públicos e privados foram apurados com base no preço médio e nas taxas de juros divulgados pela ANBIMA no último dia útil antes do encerramento do exercício.

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O Fundo de investimento está custodiado na Administradora, e as cotas do fundo de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do exercício.

b. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6. Composição de saldos relevantes ativos

	31/12/24	31/12/23
Ativo Circulante		
Instrumentos Financeiros		
Rendas a receber:	36	560
Comissões e corretagens a receber		530
Outros serviços prestados a receber	36	30
Outros Ativos		
Outros créditos - Diversos:	1.543	957
Adiantamentos e antecipações	7	47
Impostos e contribuições a compensar	1.498	763
Impostos e contribuições a recuperar	-	91
Valores a Receber Sociedades Ligadas	38	22
Devedores diversos	-	34
Provisão para perdas esperadas:	-	(1)
(-) Provisão para devedores de conta corrente		(1)

7. Imobilizado de Uso

	31/12/24			31/12/23
·	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	226	(168)	58	77
Móveis e equipamentos de uso	543	(489)	54	137
Comunicação, processamento de dados e				
segurança	2.149	(1.983)	166	242
Veículos	427	(359)	68	122
Benfeitoria em imóveis de terceiros	11	(5)	6	8
Total	3.356	(3.004)	352	586

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

8. Intangível

		31/12/24			31/12/24		
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido			
Software	171	(171)		6			
Total	171	(171)	-	6			

9. Composição de saldos relevantes passivos

	31/12/24	31/12/23
Passivo Circulante		
Instrumentos Financeiras		
Depósitos	93	14.947
Recursos disponíveis de clientes	93	14.947
Negociação e intermediação de valores:	-	7.922
Credores conta de liquidação pendentes (a)	-	7.922
Outros Passivos		
Sociais e estatutárias:	541	818
Provisão para participação nos lucros	541	818
Fiscais e previdenciárias:	131	508
Impostos e contribuições a recolher	131	508
Diversas:	780	1.378
Pagamentos a efetuar	516	1280
Credores diversos – País	264	98

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social no montante de R\$ 13.874, está representado por 13.873.598 cotas, totalmente integralizadas nas datas das demonstrações financeiras, por cotistas domiciliados no País.

11. Receitas de prestação de serviços

	2°Sem/24	31/12/24	31/12/23
Rendas de assessoria técnica	1.252	2.669	2.914
Rendas de comissão de colocação de títulos	1.385	2.998	3.253
Rendas de corretora de operação em bolsas	8.491	5.997	8.491
Rendas de serviços de custódia	-	-	-
Rendas de serviços diferenciados – pf	398	1.724	2.756
Rendas de outros serviços	30	90	136
<u> </u>	4.755	13.491	17.550

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

12. Despesas com pessoal

	2°Sem/24	31/12/24	31/12/23
Despesas com Honorários	(406)	(1.169)	(1.470)
Despesas com Benefícios	(709)	(1.624)	(1.701)
Despesas com Encargos sociais	(561)	(1.334)	(1.373)
Despesas com Proventos	(1.281)	(4.456)	(3.813)
Despesas com Treinamento	(2)	(3)	(16)
Despesas de Remuneração de Estagiários			(3)
	(2.959)	(8.586)	(8.376)

13. Outras despesas administrativas

	2°Sem/24	31/12/24	31/12/23
	/ \	(1.5-)	(1.5.5)
Despesas de Água, Energia e Gás	(57)	(107)	(108)
Despesas de Aluguéis	(333)	(665)	(604)
Despesas de Arrendamento de Bens	- 	-	(27)
Despesas de Comunicações	(157)	(341)	(402)
Despesas de Manutenção e Conservação			
de Bens	(42)	(86)	(115)
Despesas de Material	(2)	(3)	(3)
Despesas de Processamento de Dados	(1.213)	(2.711)	(3.057)
Despesas de Promoção e Relações			
Públicas	(8)	(46)	(180)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(4)	(6)	(12)
Despesas de Seguros	(39)	(78)	(77)
Despesas de Serviços do Sistema			
Financeiro	(1.122)	(2.113)	(2.110)
Despesas de Serviços de Terceiros	-	(1)	(2)
Despesas de Serviços de Vigilância e			
Segurança	(3)	(5)	(7)
Despesas de Serviços Técnicos			
Especializados	(524)	(831)	(1.028)
Despesas de Transporte	(21)	(85)	(169)
Despesas de Viagens ao exterior	-	-	(36)
Despesas de Viagens no país	(5)	(10)	(21)
Outras Despesas Administrativas	(214)	(493)	(559)
Despesas de Amortização	-	(5)	(13)
Despesas de Depreciação	(78)	(183)	(208)
	(3.822)	(7.769)	(8.738)

14. Transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e em condições de comutatividade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

	31/12/24	31/12/23
	Ativo/ (Passivo) Ativ	
Valores a receber de sociedades ligadas		
Lepcorp Participações Ltda (NE 6)	23	18
DPI & Partners Participações Ltda	16	4

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração, exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por meio de pró-labores e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 1.739 (R\$ 1.869 em 31 dezembro de 2023), a qual é considerada benefício de curto prazo.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

Demonstrativo do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	31/12/24		31/1	2/23
Apuração de IR/CS	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.808	3.808	3.004	3.004
(-) Participações estatutárias no lucro (a)	(1.509	(1.509)	(2.002)	(2.002)
Base de cálculo	2.299	2.299	1.002	1.002
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	139	139	289	289
Provisão (Reversão) para devedores duvidosos	(34)	(34)	(52)	(52)
Contingências Trabalhistas	(22)	(22)	139	139
Contingências Cíveis	-	-	15	15
Apropriação de gastos com ativos diferidos	(30)	(30)	(30)	(30)
Juros de capital pagos	(570)	(570)	(399)	(399)
Lucro real	1.782	1.782	964	964
(-) Compensação de prejuízos fiscais (b)	(47)	(47)	(289)	(289)
Base de cálculo dos impostos	1.735	1.735	675	675
Encargos de IR 15% + Adicional de 10%	(16)	_	(145)	_
Encargos de CS 15%	(10)	(16)	(140)	(101)
(-) Incentivos fiscais	-	-	4	-
Total	(16)	(16)	(141)	(101)

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram provisionadas participações nos lucros para os empregados no montante de R\$ 1.509 (R\$ 2.002 em 31 de dezembro 2023), conforme acordo coletivo de trabalho.
- (b) Em 31 de dezembro de 2024 a Distribuidora apresentava prejuízos fiscais no montante de R\$ 47 e base negativa da contribuição social no montante

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

de R\$ 47 (R\$ 298 e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 296 em 31 de dezembro 2023).

16. Contingências

O processo de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável, são provisionadas na rubrica Outras Obrigações. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 havia processos provisionados conforme demonstrado abaixo:

	Saldo Contingências 31/12/24	Depósito judicial (ativo) 31/12/24	Saldo contingências 31/12/23	Depósito judicial (ativo) 31/12/23
Tributárias	1.320	1.320	1.319	1.320
Trabalhistas	-	-	1.671	33
Outros	15	729	15	247
TOTAL	1.335	2.049	3.005	1.600

Os passivos contingentes referentes processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

A Distribuidora é parte envolvida em ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Cível	1.544	1.423
Trabalhista	600	736
Total	2.144	2.164

17. Prevenção à lavagem de dinheiro

Em cumprimento à legislação específica e às melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, em especial, no Cadastro; esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância uníssona com a gestão de riscos e controles internos.

18. Riscos operacionais e de mercado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

Na avaliação de risco das diversas funções serão considerados os três riscos básicos:

- Risco operacional: definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos;
- Risco de mercado: definido como o risco de perda resultante de flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, e inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities);
- Risco de crédito: descreve a exposição a perdas reais ou custos de oportunidade como resultado de "default" por uma entidade legal ou econômica (o devedor) com a qual a Distribuidora faz negócios. O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro resultante da falha de um devedor, por qualquer motivo, em honrar integralmente as suas obrigações contratuais e financeiras para a Distribuidora.
- Risco de liquidez: O risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.
- Risco socio, ambiental e climático: A Resolução nº 4.945/21 do CMN estabelece as diretrizes a serem seguidas na implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). A Instituição, seguindo a regulamentação vigente, e de acordo com as melhores práticas de mercado, implementou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, disponível no sítio eletrônico da Instituição, bem como declara, semestralmente, os Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas através do relatório GRSAC, conforme Resolução nº 139/21 do BACEN.

A área de Compliance, subordinada à Diretoria de Compliance, é responsável pela coordenação das atividades relacionadas aos riscos operacionais e de mercado e que têm, entre outros fins, o cumprimento do disposto nas Resoluções n° 4.557/2017 e atualizações posteriores.

O princípio fundamental do gerenciamento de riscos operacionais na Distribuidora é que os gestores das áreas, em todos os níveis da organização, sejam responsáveis por avaliar e controlar os riscos, incorporando esse conceito nas atividades da distribuidora e em novas modalidades de negócio. Este processo é coordenado e controlado pela área de Compliance que auxilia na identificação dos riscos em cada processo da Distribuidora e efetua os testes nos controles definidos. Além disso, a área de Compliance define e gere a metodologia e cronograma dos trabalhos, contando com o auxílio de sistema

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

informatizado específico para mapeamento, documentação, registro e análise dos riscos operacionais, provendo sólida base de dados para a tomada de ações e eventuais melhorias nos processos da organização.

19. Limites operacionais

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, requer a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, instituiu o Adicional de Capital Principal – PRE.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o índice de Basiléia era de 32,64% (22,09% em 31 de dezembro de 2023).

20. Ouvidoria

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução BCB n.º 28, de 23 de outubro de 2020.

21. Implementação das Resolução 4966 e BCB 352

A administração, após a avaliação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, entende que não haverá impactos nas suas respectivas demonstrações financeiras e não haverá necessidade de investimento em tecnologia/pessoal, considerando que a aplicação do caixa da Distribuidora concentra-se basicamente em aplicações interfinanceiras de liquidez (operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais) e investimento direto em títulos de renda fixa Federais (LFTs). No que tange a Resolução sobre contabilidade de hedge não são aplicáveis à H.Commcor DTVM, bem como que suas inovações não trarão impactos na estrutura atual da Distribuidora ou na prevista para os próximos 05 anos, ou seja, não ensejam a criação ou a implementação de quaisquer medidas adicionais.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução nº 352/23 do BCB, foram aplicadas prospectivas na data de aplicação inicial.

A Distribuidora optou pela isenção facultativa pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

A Distribuidora seguirá acompanhando e avaliando os efeitos e impactos da Resolução nº 352/23 do BCB, podendo ajustar suas políticas contábeis e modelo de negócios, de acordo com o ambiente econômico.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Medida Provisória nº 1.128/2022 foi convertida na Lei nº 14.467/2022, que promoveu alterações no tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

Em 02/10/2024, a Medida Provisória nº 1.261/2024, alterou a referida Lei, modificando os prazos de dedutibilidade das perdas incorridas, a partir de 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31/12/2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, as quais poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos), para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Foi vedada a dedução das perdas no ano de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do saldo existente em 1º de janeiro de 2025.

A Distribuidora está avaliando os possíveis impactos decorrentes da norma, que produzirá efeitos a partir de 01/01/2025.

23. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Distribuidora não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

24. Eventos Subsequentes

No dia 07 de janeiro de 2025, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda da Aquisição da Unidade de Negócios dos Serviços de Agente Fiduciário, Custódia,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

Agente de Garantia da Sociedade com a empresa Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., cuja liquidação financeira ocorreu no mês de janeiro de 2025.

Não houve outros eventos subsequentes relevantes até o fechamento destas demonstrações financeiras.